

A PRODUÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO NO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA LIBERDADE COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE COLLECTIVE PRODUCTION OF THE SPACE AT THE *CONQUISTA DA LIBERDADE* SETTLEMENT AS A BASIS FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Edinho Carlos Kunzler

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria – ekunzler@gmail.com

Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria
carmenrfw@terra.com.br

Resumo

O modelo de desenvolvimento econômico pautado pela industrialização do campo teve graves consequências sociais, ambientais e econômicas. Buscando superar tais problemas e apontar um novo modelo produtivo que privilegie o desenvolvimento social e a preservação e manutenção dos recursos ambientais, a agroecologia e o cooperativismo constituem, no assentamento Conquista da Liberdade em Piratini/RS, um modelo alternativo ao hegemônico modelo industrial-financeiro. Na nova proposta, os agentes locais são os principais envolvidos no processo, uma vez que são os planejadores e orientadores de suas próprias ações. Essa condição traz benefícios não só para si, mas também para o meio ambiente do qual fazem parte.

Palavras-chave: Assentamentos. Agricultura familiar. Agroecologia. Cooperativismo. Desenvolvimento sustentável.

Abstract

The economic development model based on the field industrialization had serious social, environmental and economic consequences. In the *Conquista da Liberdade* settlement, Piratini/RS, agroecology and cooperativism are seen as an alternative model to the industrial-financial hegemonic one, and it aims to overcome problems by pointing out a new production model that privileges both the social development and the preservation and maintenance of environmental resources. According to this new purpose, the local agents are the main subjects involved in the process, they are the ones who plan and guide their own actions. This condition brings benefits not only for themselves, but also for the environment which they belong to.

Keywords: Settlements. Familiar agriculture. Agroecology. Cooperativism. Sustainable development.

Introdução

O Brasil experimentou a partir da segunda metade do século passado um intenso processo de crescimento econômico fundamentado no crescimento industrial com pesados aportes de capital por parte do Estado. Tal movimento introduziu, em nosso país, uma nova lógica de produção e circulação, norteadas por ações planejadas e executadas para atender às demandas externas, alheias aos interesses da maior parte da população brasileira. Neste sentido, o desenvolvimento econômico pautado na industrialização do campo brasileiro, que incitou os processos de cunho global e hegemônico no controle do espaço/tempo, constituiu, no Brasil, um modelo de ações e resultados diferentes daqueles que orientaram o desenvolvimento dos países de capitalismo avançado. Na agricultura brasileira, a concentração de terras, associada às políticas oficiais de financiamento, a partir da década 1960, fez do latifúndio o parceiro ideal para o modelo de desenvolvimento capitalista desenhado pela elite.

A opção por culturas de exportação em detrimento à segurança alimentar interna, demonstra o caráter excludente desse processo, já que, no primeiro caso, tais culturas se concentraram em grandes áreas dominadas pela grande propriedade, enquanto no segundo, restringiram-se às áreas onde se desenvolveram atividades familiares. Contudo, a modernização que se manifestou de forma desigual, também atingiu as unidades de produção familiar, por força dos agentes hegemônicos que se apoderaram do mercado de seus produtos, rompendo, desta forma, com a naturalidade dos processos locais e introduzindo a artificialidade e racionalidade de objetos e processos externos. É o caso da avicultura, da suinocultura, da sericicultura (Paulino, 2006), da fruticultura, entre outras atividades que acabaram por contribuir na constituição de pontos luminosos dispersos por regiões do país, especialmente no Sul e no Sudeste, e que estão sob influência direta do capital.

Schneider (2004) considera que as transformações pelas quais a agricultura familiar tem passado fazem parte de estratégias de reprodução social e econômica e estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento capitalista da agricultura. A pluriatividade evidente no momento em que membros do grupo familiar buscam rendas complementares fora das propriedades rurais é um exemplo desse processo. Ademais, prossegue, o autor afirma que a diversificação do espaço rural, com o desenvolvimento

de atividades não-agrícolas, como o lazer, o turismo e o comércio, representam o fim da exclusividade de sua função agrícola, assim, a multifuncionalidade, lhe confere um caráter polissêmico, num claro movimento de transformação motivado por demandas exteriores à organização social original.

Estes são elementos que expressam a invasão do capital no cotidiano destes agricultores familiares e que lhes exigem a incorporação de objetos, técnicas e ações diferenciados em relação ao seu modelo tradicional de atividade, desenvolvido e aprimorado por gerações. Tal fato, assim como ocorreu com o latifúndio, os condiciona à racionalização de sua existência, estruturalmente dependente de ritmos e processos ditados pelo mercado hegemônico, do qual a indústria vem a ser seu elo mais aparente. Ademais, decisões e políticas recentes, como alteração do Código Ambiental aprovada recentemente pela Câmara dos Deputados, tem se fundamentado exclusivamente em questões mensuráveis e objetivas como o de onde e quanto produzir, visando claramente atender à demanda sempre crescente por *commodities* agrícolas. Por outro lado, aspectos subjetivos tão ou mais importantes não são defendidos com a mesma ênfase, talvez porque por trás destes aspectos não haja pesados interesses econômicos alimentados pelo sistema financeiro e industrial. E para o agricultor familiar e a sustentabilidade de seu meio/atividade, a definição de como produzir é fundamento primordial para seu estabelecimento e prosperidade.

Assim, é de fundamental importância desvendar o que é esta chamada agricultura familiar e quem são os sujeitos desse processo de produção, já que estes não são os destinatários principais das ações coordenadas pelos agentes hegemônicos do espaço. E, mesmo assim, têm conseguido se manter presentes e atuantes sob as mais variadas formas, fato que revela diferentes interpretações por parte dos teóricos, mas que não esconde a versatilidade e adaptabilidade desse grupo social.

Tendo em vista tais preceitos, foi elaborada a proposta de projeto de pesquisa com vistas a estudar mais aprofundadamente a organização coletiva que coordena o projeto agroecológico no assentamento de reforma agrária Conquista da Liberdade, no município de Piratini no Rio Grande do Sul. Fundado em fevereiro de 1992 após longo período de lutas e discussões, o assentamento com 50 famílias conta hoje com uma cooperativa (COOPAVA – Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada), formada por

17 famílias, que incorpora um ideal de desenvolvimento pautado pela equidade social e ambiental no uso dos recursos. O projeto de pesquisa deu origem à dissertação, que é base para a discussão proposta por este artigo, e que se desenvolve a seguir.

A agricultura familiar e o seu sujeito

Embora não seja o objeto central das reflexões presentes neste artigo, a distinção entre os conceitos de agricultor familiar e/ou camponês e agricultura familiar e/ou agricultura camponesa, a opção foi por seguir uma perspectiva semelhante à defendida por Wanderley (1996, p. 2), com o campesinato sendo visto como uma das muitas formas de agricultura familiar, independentemente do grupo de ter buscado uma maior tecnificação e integração aos mercados ou se manter mais próxima a um modelo tradicional de organização/produção e relacionado a mercados mais restritos. O grande objetivo para esse grupo social, portanto, é a reprodução social e a continuidade do grupo.

Desse modo, os agricultores familiares tanto podem estar inseridos nos processos globais/hegemônicos de produção/circulação, altamente tecnificados e dependentes de capital externo, quanto podem estar restritos a mercados de circulação local, coordenados por agentes locais ou coordenando seu próprio mercado através de diferentes mecanismos e de ações coletivas, porém tendo sempre sua estrutura produtiva baseada no trinômio família-produção-propriedade, segundo Wanderley (1996, p. 2).

Wanderley (1996, p. 6) expõe a vontade de conservação e o desejo de crescimento do patrimônio familiar como características do agricultor camponês num cenário onde a multifuncionalidade não significa a decomposição da agricultura camponesa, mas sim uma estratégia da família para a manutenção dos seus propósitos.

Assim, embora operem sob lógicas distintas, o principal objetivo do agricultor familiar é a manutenção e reprodução social do seu grupo, esteja inserido no modelo capitalista de produção, esteja inserido no modelo camponês tradicional. Nesse sentido, o campesinato compreende um complexo sistema social e econômico em "cuja existência é possível encontrar as *leis da reprodução e do desenvolvimento*" (ABRAMOVAY, 1998, p. 59, grifos do autor), mas cuja mercadoria primordial é a renda camponesa da terra fundamentada estritamente no regime de trabalho familiar, segundo Paulino (2006, p. 30).

Explica a autora que

[...] a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas está na lógica interna da exploração e organização. [...] Como vemos, não se deve eleger como critério das diferenças o nível de bem-estar e o volume de bens materiais, mas a forma como se organizam internamente. Em outras palavras, deixarão de ser camponeses ao incorporarem a lógica capitalista, expressa na exploração do trabalho alheio e privilegiamento da acumulação de capital (PAULINO, 2006, p. 50).

Ainda para Paulino (2006), isso não significa que os camponeses rejeitam o progresso material, mas que o fazem segundo outras prioridades e o condicionando à sua autonomia. Aliás, esta é uma questão fundamental que diferencia o agricultor familiar do chamado “empresário rural”. Os objetivos, no primeiro exemplo, são sempre coletivos e representados pelo bem-estar do grupo familiar e/ou coletivo. Enquanto que para o segundo o que importa é o lucro do negócio, obtido através da racionalização da produção obtida por meio da exploração do trabalho alheio.

De tal maneira, portanto, pode-se constatar que a agricultura familiar é extremamente flexível do ponto de vista de sua inserção no contexto sócio-produtivo, quer seja em espaços onde predomina o modelo tradicional e voltado para o autoconsumo, quer seja em espaços controlados por agentes hegemônicos e voltados para a produção de mercado.

Também é interessante acrescentar que a organização familiar do trabalho não se trata de um modelo em vias de extinção devido ao avanço do capitalismo. Ao contrário disso, o deslocamento da fronteira agrícola, motivada por ações racionais dos agentes hegemônicos, especialmente no processo de ocupação e formação do território brasileiro, representa novas possibilidades para o camponês que “se liberta dos antigos laços sociais que o tolhiam nas áreas velhas”, conforme Wanderley (1996, p. 12). Tal libertação, para a autora (Wanderley, 1996, p. 13), “se inscreve no projeto de vida da família como uma continuidade”.

Mesmo as formas modernas de agricultura familiar, segundo a mesma autora, resultado da influência de transformações maiores no âmbito da estrutura social, como o avanço das relações capitalísticas de produção, surgem como adaptações, tanto internas quanto externas, a este novo contexto de reprodução. Este processo é marcado pela crescente perda da autonomia tradicional do grupo, como resultado da integração e subordinação à

sociedade. Os tempos de trabalho e de produção passam a ser equivalentes, superando-se, assim, a lacuna do tempo “natural” de desenvolvimento da atividade (e da vida). Ou seja, o tempo de trabalho e produção (e de vida) acelera na medida em que aprimoramentos técnicos são disponibilizados ao agricultor. Quanto mais artificial é tornada a atividade, mais artificial se torna o tempo, mais o cotidiano do campo se funde ao da cidade.

Mesmo assim, a agricultura familiar atende por uma especificidade que associa racionalidade e subjetividade de maneira muito mais estreita. Como exemplo, pode-se dizer que o meio de produção é de propriedade do próprio agricultor/camponês e que sua rotina opera exclusivamente em um mesmo ambiente, diferentemente do que ocorre com o trabalhador urbano. Assim, expõe Brandenburg:

Na produção familiar, as várias dimensões que justificam a conduta dos agricultores nem sempre atuam de forma dissociada, como nos demais sistemas da sociedade moderna. É verdade que a especialização do trabalho e a organização dos sistemas auto-regulados da sociedade impõem um ritmo às atividades agrícolas que cada vez mais se distanciam do ritmo da natureza. [...] A esfera do trabalho não é separada do âmbito privado, do mundo vivido cotidianamente como se realiza em outras atividades (BRANDENBURG, 1999, p. 86).

Para o autor, esta é a chave para desvendar a “moderna organização familiar de produção”. É assim que o agricultor familiar/camponês se constitui num sujeito de sua existência, considerando que este atua “para dar sentido à sua identidade dentro de um sistema presidido pela razão instrumental” (BRANDENBURG, 1999, p. 41). A associação entre subjetividade e racionalidade mantém um elo entre o homem e a natureza, que a racionalidade do sistema hegemônico não consegue romper. O autor comenta,

O sujeito, ao mesmo tempo que deseja o progresso técnico, quer seja para produzir mais ou para aliviar o peso de trabalho físico, luta contra a racionalidade instrumental à medida que o transforma em instrumento ou o reduz a objeto. É por isso que o sujeito da modernidade luta por liberdade, por independência, pelo exercício de suas crenças e pela prática de seus valores, enfim, uma liberdade que supõe escolhas e ao mesmo tempo a possibilidade de operá-las, em face das restrições do mundo exterior; de programar um **projeto de vida**, e construí-lo enquanto constrói-se a si mesmo como sujeito (BRANDENBURG, 1999, p. 39 – grifo do autor).

Por isso, estudar o sistema familiar de agricultura impõe considerá-lo dentro de um sistema maior no qual está inserido, total ou parcialmente, mais ou menos afetado por decisões que escapam à sua alçada. Curiosamente, é o próprio avanço desse sistema,

no seu movimento de homogeneização global, que acaba por gerar forças de resistência impulsionadas por fatores econômicos e de exclusão social, que desencadeiam reações locais contra a tentativa de dominação espaço-temporal. É a eclosão da força do lugar, sentida e vivida no cotidiano do sujeito como uma alternativa à dominação. Nesse sentido, a agroecologia emerge como uma possibilidade real para uma agricultura sustentável e de acordo com os preceitos que norteiam a lógica da agricultura familiar/camponesa, tão perseguida e castigada pelo modelo convencional da agricultura (vida) moderna/industrial, hoje hegemônicos.

Agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável do assentamento

Uma das marcas mais evidentes da presença da chamada “questão ecológica” junto à sociedade é o uso cada vez mais frequente, especialmente por parte das empresas, do termo “sustentável”. Tem sido uma preocupação crescente das empresas passar a impressão de que sua produção é “limpa”, ou “verde”. Mas, como diz Altieri (1998, p. 16), tal termo “é controverso e quase sempre mal definido”. Isso porque, segundo o mesmo autor, é impossível resolver o problema da sustentabilidade apenas com o aprimoramento tecnológico, uma vez que tal aprimoramento vem pavimentando o caminho que leva à degradação ambiental e ao acirramento das desigualdades sociais, uma vez que se dá de forma desigual no tempo/espaço.

Ademais, o modelo de desenvolvimento ainda em voga em nossa sociedade ainda é o puramente economicista, no qual os números do crescimento econômico, da inserção de grupos sociais ao mercado consumidor e o lucro líquido são vistos como as grandes metas a se atingir. Portanto, para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser, antes de tudo, um processo mais amplo e que permita a “expressão da multidimensionalidade da natureza humana, através da construção de sociedades livres”, nas palavras de Brandenburg (1999, p. 44).

Nesse sentido, o progresso humano não pode se pautar pelo desequilíbrio ecológico, nem pelo absurdo abismo que separa as sociedades ditas evoluídas das ditas atrasadas. Tais considerações abrangem também o desenvolvimento rural e vem a instigar pela emergência de novos modelos de agricultura (e agricultores) em

conformidade com as possibilidades e restrições do ambiente no qual a atividade é exercida. É com vistas à construção de um modelo de desenvolvimento alternativo, que veja no ambiente não apenas recursos a serem explorados, mas um leque amplo de possibilidades para a construção de uma sociedade mais igualitária, que a agroecologia emerge como possibilidade de concretização de um desenvolvimento sustentável.

Assim, para Altieri (1998, p. 17),

a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

Sendo assim, a agroecologia é aqui considerada como uma ciência que fornece todos os aportes necessários para a construção de um desenvolvimento sustentável comprometido com a preservação dos recursos e da diversidade ambiental, de forma que o homem e o ambiente não sejam condenados à disputa entre desiguais coordenada pelo modelo atual. Para tanto,

a verdadeira Agroecologia, além da produção limpa, trata da ética e da solidariedade na produção e no consumo, busca o desenvolvimento endógeno e local, a independência dos agricultores e não a sua subordinação a 'donos' do conhecimento e da tecnologia. Usa a livre circulação do conhecimento como uma estratégia para equidade e a justiça social, defende a manutenção da biodiversidade ambiental, natural, social e cultural (COSTA GOMES e BORBA, 2004, p. 12).

Como diz Schneider (2004), este modelo de desenvolvimento rural traz consigo a emergência do agricultor no papel central do processo, e não apenas um usuário de tecnologia. Este novo agricultor vai além de dominar a tecnologia: ele a produz, decide e controla o processo de acordo com seu conhecimento e com as peculiaridades do ambiente onde desenvolve não só sua atividade, mas fundamentalmente sua própria vida e sua inserção na sociedade capitalista.

Por tais motivos e pressupostos, a agroecologia desponta como uma grande possibilidade para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável na agricultura, uma vez que a preservação da diversidade surge como elemento fundamental para ambas as partes. Além disso, o agricultor pode se libertar do controle exercido pelos agentes hegemônicos e construir seu arcabouço de conhecimento

independentemente ou em parceria com outros agricultores, sem ficar preso a normas rígidas e pagamentos de *royalties* a empresas transnacionais.

Os assentamentos de reforma agrária e a produção coletiva do espaço

Os assentamentos de reforma agrária constituem a materialização da luta empreendida pelos sujeitos na busca de um lugar onde possam estabilizar-se e progredir socialmente e materialmente. Na definição de Wizniewsky (2001), os assentamentos são frutos da intervenção do Estado e consequência da ação dos movimentos sociais organizados. Como dizem Görden e Stédile,

Un asentamiento es un conjunto de familias que trabajan en un área de tierra destinada a los agricultores sin tierra, utilizándolas para la producción agropecuaria. [...] Los asentamientos organizados a partir de la lucha del Movimiento Sin tierra procuran planear y organizar la producción para viabilizar el asentamiento, garantizar la subsistencia de las familias asentadas, y promover el desarrollo económico y social de los campesinos que conquistan la tierra (GÖRGEN e STÉDILE, 1991, p. 46 – 47).

No Brasil, conforme afirma Wizniewsky (2001), por uma prerrogativa constitucional, os assentamentos são feitos historicamente pelo governo federal, através do órgão oficial do país para a execução da reforma agrária, o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O processo de constituição de um assentamento não é simples. Os trâmites legais que envolvem a desapropriação de um imóvel rural improdutivo¹ tornam o processo lento, especialmente através de recursos judiciais impetrados pelo proprietário do imóvel, nos casos de expropriação, contra as vistorias do instituto. Além disso, a organização dos proprietários em grupos de resistência, notadamente a União Democrática Ruralista – UDR – por vezes, reage com violência e ameaças contra os técnicos do órgão governamental encarregados de efetuar as vistorias das propriedades.

Depois de expropriado o imóvel, cujo título de propriedade passa a pertencer ao INCRA, é feito pelo órgão a seleção das famílias que serão assentadas na área. Contudo, é o MST, através das ocupações e constituição dos acampamentos, que pressiona o referido órgão pelo credenciamento das famílias para fins de futuros assentamentos. As famílias recém-assentadas recebem alguns benefícios do Estado, como

créditos para construir suas casas, para alimentação e para começar a produzir. Ao INCRA cabe a responsabilidade pela instalação da estrutura, como a construção de vias de acesso, rede elétrica, escola e posto de saúde, segundo afirma Wizniewsky (2001). Contudo, conforme afirmações dos assentados que fazem parte do grupo coletivo da COOPAVA, o Instituto de Reforma Agrária ainda não emitiu o título de posse da terra, mas apenas uma certidão que lhes garante o uso da mesma. Esse fato sinaliza que o próprio instituto responsável pelo processo de reforma é incapaz de estruturar o processo que comanda, uma vez que só reconhece a legitimidade da posse em condições que garantem a repetição e a perpetuação do poder individual. Ou seja, a reforma agrária oficial é um projeto individualizado, proposto à perpetuação do modelo concentrador de terras e poder, razão da existência das lutas pela terra e pela própria reforma.

Convém lembrar que, como afirma Ferreira (1994, p. 39), reforma agrária e assentamentos não são sinônimos. Para a autora, a reforma deve ser encarada como a tentativa de tornar a estrutura fundiária menos concentrada, enquanto os assentamentos correspondem “às ações de natureza prática”. Para essa mesma autora,

O assentamento agrário seria a culminância e a finalização de um longo processo que se iniciou com a formulação de planos, projetos, desapropriações, etc. Mas o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra: antes terão que lhe ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Se, por um lado, a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições de torna-la produtiva (FERREIRA, 1994, p. 43).

Essa tentativa de torná-la produtiva não está associada somente às condições físicas de produção, senão principalmente às condições políticas de organização do trabalho. A organização interna do assentamento é tão ou mais importante para o seu sucesso do que as condições ambientais herdadas nos lotes de terra. Esterci e Medeiros (1994), na introdução da publicação da qual fazem parte da comissão organizadora, dizem que

[...] ocorrem em seu interior avaliações e escolhas que se traduzem em estratégias diferenciadoras usadas pelos diversos segmentos no interior dos assentamentos, podendo inclusive significar rupturas com alguns dos mediadores e articulação com outros canais de mediação. Essas estratégias e escolhas levam a algum padrão de negociação com as mediações presentes, à abertura de espaço para a inserção de outras e, assim, possibilitam novas relações e novas disputas. Esses elementos indicam que a produção dos consensos no interior dos assentamentos é também um processo político, de construção permanente do direito de falar por “todos” (ESTERCI e MEDEIROS, 1994, p. 21).

Essas condições devem ser consideradas fundamentais para o entendimento da organização de um assentamento. Independentemente do maior ou menor envolvimento do Rio Grande do Sul nos projetos de reforma agrária do governo federal, as premissas que norteiam a relação dos assentamentos com o seu entorno e suas chances de lograr êxito passam, obrigatoriamente, pela capacidade organizativa interna do grupo assentado.

Falando especificamente sobre o Rio Grande do Sul, Wizniewsky (2001), citando Navarro, divide a história dos assentamentos no estado em três fases:

La primera etapa podemos situarla entre los años 1978 hasta 1985, abarcando el último año del penúltimo y el último gobierno militar. [...] *La segunda* fase de formación de los asentamientos de reforma agraria en Rio Grande do Sul, podemos situarla temporalmente comprendida entre los años 1985 a 1989. [...] *La tercera* fase se inicia en 1990 y que a criterio nuestro se extenderá hasta 1998 (WIZNIEWSKY, 2001, p. 194-200 – grifos do autor).

A primeira fase foi marcada pela repressão do governo militar aos movimentos de luta pela terra, pela expansão da mercantilização da vida social e produtiva (usando a expressão do próprio autor), fortemente marcada no estado pela expansão do cultivo de soja. Era o período da modernização brasileira, marcado pela capitalização e tecnificação do território, com clara preferência pelo latifúndio em detrimento à agricultura familiar. A segunda fase foi caracterizada pela busca de terra e por processos de expropriações, fortemente influenciadas pela redemocratização do país. Embora o marco da retomada da luta pela terra seja datado da primeira fase, é na segunda fase que acontece o maior número de assentamentos no estado, inclusive com o aumento da área média destinada a cada família. A terceira fase é marcada pelo recrudescimento dos conflitos pela terra, tanto na cidade, quanto no campo. Diferentemente da fase anterior, neste período o governo compra terras para destiná-las aos projetos de reforma agrária. Essa mudança política na operacionalização do processo, além da redução no ritmo das desapropriações beneficia os grandes proprietários rurais. Wizniewsky (2001) ainda acrescenta uma quarta fase, que se inicia em 1999, decorrente de transformações ocorridas no cenário político regional e nacional. A criação do Banco da Terra, em âmbito nacional, e de programas e órgãos criados pelo governo estadual visam ao cumprimento de sua proposta eleitoral.

Mas não basta formar um assentamento para que este se torne viável. Para que isso ocorra, é preciso que haja a coordenação dos diferentes agentes no estabelecimento

de sua organização interna, que será fundamental para o seu sucesso ou fracasso. Esses meios são fundamentalmente definidos pela organização do trabalho. Ou seja, um assentamento pode se organizar baseado no trabalho coletivo, no trabalho individual, ou pode até mesmo conter os dois elementos, estando esses elementos devidamente territorializados em suas respectivas áreas.

Autor e profundamente conhecedor deste tema e que mantém estreitas relações com o MST, desde sua fundação, Stédile (2005), afirma que a organização interna dos assentamentos demandou um longo processo de amadurecimento político dos integrantes do movimento. De fato, como avisa Martins (2003), há uma tendência à individualização do agricultor familiar que, de certa forma, impõe restrições à organização coletiva do trabalho de um assentamento. Por isso, não são raros os casos de assentamentos que foram constituídos no modo coletivo, mas que viram famílias de agricultores migrarem para lotes individuais devido à falta de compatibilidade com o sistema adotado. O assentamento Conquista da Liberdade é um desses casos. Ademais, como ressaltam Stédile e Mançano Fernandes (2005, p. 96), o objetivo do acampado do MST sempre foi ter terra, o que, segundo os referidos autores, favorecia o governo, pois o isentava de outras obrigações. A conscientização de que apenas fornecer a terra não resolveria o problema pelo qual, os agricultores passavam foi uma construção política que demandou tempo e debates entre os agricultores. Estes, na maior parte dos casos, ingressaram no MST devido à expulsão de suas propriedades em decorrência da incompatibilidade do modelo de agricultura que se difundiu pelo território gaúcho e brasileiro com a sua modernização. Foi uma construção política que o MST realizou através dos seus acampamentos e do envolvimento desses sujeitos no cotidiano da luta. Muito contribuíram, nesse sentido, as assembleias, as marchas, as manifestações e as ocupações².

Para Stédile e Mançano Fernandes (2005), a cooperação agrícola depende de dois fatores básicos: condições objetivas e condições subjetivas da comunidade que vai aplicá-la. No primeiro fator, das condições objetivas,

[...] são o nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento. [...] Influenciam também nas condições objetivas o grau de acumulação de capital que as famílias já têm, porque quanto mais pobres as famílias forem, menor será o nível de cooperação agrícola. (STÉDILE e MANÇANO FERNANDES, 2005, p. 101).

O segundo fator, as condições subjetivas, definido pelos autores,

[...] são o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra [...]. Nos assentamentos, essas condições subjetivas também são determinadas. Com isso, aprendemos que a formação de cooperação agrícola não é determinada pelo MST, pela Concrab [Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil]. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: “Vocês vão implantar uma cooperativa”. Vai ser um fracasso. Eles é que têm que discutir que tipo de forma pode ser assimilada (STÉDILE e MANÇANO FERNANDES, 2005, p. 102).

Como se pode perceber, a luta pela terra e pela reforma agrária não é um processo simples, nem rápido. Essa luta não enfrenta apenas a resistência do sistema hegemônico, mas enfrenta também a própria resistência interna dos sujeitos diretamente envolvidos no processo. Resistência que advém de uma consciência social formada, estruturada e consolidada através de gerações de agricultores familiares. Isso sem dúvida representa uma barreira, mas também aponta para distintas possibilidades de sucesso dos assentamentos. Não existem receitas prontas para os assentamentos, cada assentamento deve discutir e construir um modelo social e econômico viável. Apesar das tendências individualistas dos agricultores familiares, a sua adaptabilidade na busca dos seus objetivos de estabilidade social e progresso material representa um importante trunfo. E é este o aspecto que pode fazer a balança pender positivamente para o lado da reforma agrária.

Desse modo, percebe-se que, no rastro do processo de exclusão, iniciado com a tradição do latifúndio como dominante na estrutura fundiária brasileira e aprofundado com a capitalização (desigual) do campo, abrem-se, portanto, perspectivas para um novo modelo de desenvolvimento econômico-social em compasso com as demandas ambientais atuais e que preconizam a urgência de modificações profundas no modelo de sociedade atual. Os assentamentos emergem como novas possibilidades, como uma alternativa ao condicionamento dos lugares a uma temporalidade externa e extremada. O equilíbrio social e econômico só se tornará viável se for condicionado ao equilíbrio ambiental, caso contrário, o homem continuará convivendo com crises e conflitos que o impede de viver numa sociedade justa e digna.

Foi em busca de esclarecer como as formas alternativas de desenvolvimento social e econômico podem contribuir para a manutenção e reprodução social da agricultura familiar, pautada por um projeto de desenvolvimento sustentável fundamentado na

agroecologia e no trabalho coletivo, que a pesquisa qualitativa acerca do grupo coletivo que compõe a COOPAVA foi elaborada e conduzida. Além da observação participante, a pesquisa contou com entrevistas aos assentados e técnicos ligados ao assentamento, contando também aportes obtidos em conversas informais e participação em reuniões.

Estabelecido em fevereiro de 1992, o assentamento Conquista da Liberdade, com uma área de 1232 hectares, recebeu inicialmente 50 famílias. A área pertencia anteriormente a uma empresa do conglomerado agroindustrial denominado CICA Alimentos S/A e era destinada quase que exclusivamente à produção comercial de pêssegos. Entretanto, o processo de formação do grupo que viria a ser assentado na área iniciou antes mesmo de sua efetivação, ainda no acampamento, onde a escolha das famílias que viriam a receber a área, diferentemente do que ocorre na grande maioria dos casos, não se deu por sorteio, mas sim por decisão política.

O MST tinha interesse em desenvolver um modelo de trabalho pautado pela cooperação, e dentre os grupos de discussão formados nos acampamentos durante os anos finais da década de 1980, o grupo que melhor poderia se adaptar ao perfil do projeto e ao tamanho da área foi o que se constituiu a partir de famílias do noroeste do Rio Grande do Sul, cuja primeira mobilização foi a ocupação da Fazenda Bacaraí, em Cruz Alta, no final da década de 1980.

De acordo com EA1³, havia tanto grupos menores quanto grupos maiores formados nos acampamentos e que pleiteavam o local, mas chegou-se a um consenso e a definição favoreceu o grupo atual.

O grupo, formado por famílias oriundas do noroeste do Rio Grande do Sul, porta de entrada da soja no Brasil, recebeu a área já com vistas a elaborar um trabalho diferenciado, tendo como fator favorável a existência de uma estrutura prévia deixada pela antiga proprietária da área, condição esta pouco comum em outras áreas destinadas a projetos de reforma agrária. Se a chegada da soja e a adoção da monocultura do grão em suas propriedades familiares fizeram com que estas perdessem sustentação econômica, gerando o processo de exclusão que conduziu as famílias à luta pela reforma agrária junto a MST, com a constituição do assentamento, a perspectiva da perda precisava ser desfeita. Para tal, o processo de formação política durante o período de luta junto ao movimento

teve fundamental importância. Foram destas discussões que nasceu o ideal de construir um modelo diverso daquele que os conduziu à condição de sem-terra.

Ademais, ao receber a terra, o grupo também obteve algumas estruturas físicas que lhe conferiam uma vantagem relativa, tais como construções (casas, refeitório, galpões), pomares e até mesmo estrebarias. Estes são alguns dos fatores prévios que fazem parte do processo de constituição do assentamento Conquista da Liberdade, que está localizado às margens da rodovia BR-293, importante via de comunicação da região sul do estado do Rio Grande do Sul, no município de Piratini, que está inserido no sistema ambiental denominado Bioma Pampa, historicamente ocupado e dominado pela criação de gado bovino, ovinos e equinos.

A área fora escolhida para fins de reforma agrária, pois apresentava algumas características consideradas próprias para tal fim na visão dos governos federal e estadual: concentração de grandes propriedades, grande oferta de terras para a venda e preço baixo da mesma, conforme já fora mencionado. De fato, as características estruturais da área (extensão, localização, clima e solo), associadas aos interesses políticos e econômicos dos coordenadores do processo, logo apresentaram os primeiros obstáculos para o sucesso da efetivação do assentamento.

Assim, o primeiro momento, antes mesmo da definição das famílias que iriam compor o assentamento, já anunciava que a luta pela terra, iniciada anos antes, não se encerraria com sua conquista. Oriundos da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, local conhecido como berço da soja no Brasil, as famílias que compõem o Conquista da Liberdade e, mais especificamente a COOPAVA, depararam-se com um novo, e até então impensado problema ao receberem a terra: a adaptabilidade ambiental, que veio a desencadear problemas na produção e no relacionamento coletivo.

Desse modo, as características ambientais do local, até então desconhecidas por todos, potencializaram um processo vicioso que os havia conduzido até os acampamentos do movimento. Aos velhos vícios, incorporados à prática e ao cotidiano nos tempos de agricultores familiares no noroeste do estado, vieram se somar as sérias limitações físicas do novo ambiente, incompatíveis com os tipos de culturas aos quais estavam habituados. Segundo os assentados, as famílias chegaram ao lugar com objetivos já definidos: produzir em grande escala a soja, milho e feijão. Nas conversas,

é unânime a opinião de que os primeiros meses e a primeira safra resultaram em um retumbante fracasso econômico e muita decepção. Afinal, todas as discussões conduzidas durante os tempos de acampamento para a construção de um novo modelo de pensar e fazer agricultura se desfizera logo em sua primeira oportunidade.

O fechamento do primeiro ano agrícola registrou um prejuízo de cerca de catorze mil reais, devido ao alto custo de produção (associado também ao arrendamento de terras que foram destinadas à produção de soja) e à baixa produtividade do solo. Mesmo a agricultura voltada ao autoconsumo, hoje devidamente valorizada no assentamento, na época, não tinha espaço no planejamento do grupo. Segundo relatos dos assentados, a alimentação básica advinha de compras que o grupo efetuava em mercados na cidade mais próxima, ou seja, Piratini, sendo estas entregues uma vez por mês no assentamento, em um caminhão.

Outro obstáculo que precisou ser superado foi o fato da população e das instituições regionais rejeitarem a formalização do assentamento. Contudo, como o assentamento não era o primeiro a ser implantado no município, o preconceito e rejeição já não eram os mesmos pelos quais passaram os pioneiros. Mas, mesmo assim, muitas mobilizações foram necessárias para se construir uma imagem favorável dos assentados junto à comunidade. Porém, tal processo veio a se consolidar apenas com o incremento das atividades econômicas do grupo, especialmente após a sua afirmação como agente de desenvolvimento social e econômico.

Esse processo gerou atritos e desentendimentos entre as famílias assentadas, o que acabou provocando a cisão do grande grupo coletivo inicial. As famílias que se afastaram do projeto inicial receberam seus lotes individuais e puderam direcionar sua atividade à sua maneira. Os lotes destinados para essas famílias foram os dos locais de acesso mais difícil, nos fundos da área do assentamento. Tal medida visava tornar menos atraente para as demais famílias a saída do grupo coletivo, projeto inicial da formação do assentamento. Já as famílias que permaneceram com o ideal de trabalhar coletivamente, entenderam que a melhor solução para o grupo seria partir para a oficialização do projeto coletivo, que se deu através da criação da COOPAVA – Cooperativa Agrícola Vista Alegre Limitada – em agosto de 1995.

A separação do grupo inicial e a formação da cooperativa marcaram a primeira grande ruptura no Conquista da Liberdade. Do ideal construído politicamente nos tempos de acampamento de se trabalhar coletivamente, algumas famílias demonstraram, nesses primeiros passos, a dificuldade de adaptação em conciliar os interesses coletivos com os interesses individuais. Especialmente quando se deve ter por regra fundamental neste tipo de organização a obrigatoriedade em planejar e agir pensando no grupo e de forma coerente com a proposta. Como fora mencionado nas entrevistas, rupturas nunca são pacíficas, e essa ruptura deixou marcas nas pessoas. Algumas notadamente sentiram mais o choque desse “fracasso” inicial.

A prova dessa constatação veio da fala dos assentados, quando lhe foi perguntado se seria possível uma família assentada em lote individual retornar ao projeto coletivo. Em resposta, foi dito que houve um caso em que isso ocorreu, mas que dificilmente ocorreria novamente, pois o motivo e a forma como se deu a separação, deixou muita gente magoada em ambos os lados. E, especialmente, por se tratar de questões pessoais, o processo de reinserção de famílias poderia ser tão doloroso quanto foi a sua saída.

Como já foi comentado, Stédile e Fernandes (2005) falam das condições objetivas e subjetivas que influenciam no sucesso construtivo da cooperação agrícola, é preciso que se conjuguem ambos os fatores que possibilitem construir esse modelo. No caso da COOPAVA, o ideal inicial construído politicamente com a participação do movimento, não resistiu às questões subjetivas do processo. Embora o prejuízo da primeira safra possa ser considerado um resultado objetivo a interferir na consolidação do grupo, não se pode desconsiderar o fato de que um grupo continuou acreditando que era viável investir na proposta.

Quando um dos assentados diz que “uns vestiam a camisa, outros nem tanto”, percebe-se que aquelas famílias que desistiram da cooperação quando do primeiro resultado ruim não acreditavam que a agricultura familiar pudesse se desenvolver de forma cooperada. Ou seja, o individualismo já estava consolidado em suas concepções de ser e se sentir agricultor familiar. É bem verdade que algumas das famílias que partiram para os lotes individuais hoje estão em melhores condições materiais que o grupo coletivo, segundo alguns dos agricultores ouvidos. Contudo, é verdade incontestável que o grupo cooperado construiu vantagens para si (e até mesmo para o

entorno) que uma família trabalhando isoladamente dificilmente teria condições de construir, como por exemplo, a consolidação de uma renda mínima e fixa mensal.

Ao adotar essa postura, o grupo coletivo optou por transformar prioritariamente a renda obtida do seu trabalho, em fonte para novos investimentos, dentro de sua lógica de estabilização social. Essa visão permitiu que os dividendos gerados por uma cultura pudessem ser revertidos para a diversificação produtiva, aumentando a independência econômica e fomentando o progresso do modelo agroecológico. Foi assim que o grupo substituiu o encantamento produzido pela possibilidade de incorporar bens e conforto aos seus lares pela racionalidade de investir na permanência da terra. No entanto, optar por colocar o bem comum coletivo à frente nas decisões e ações do grupo não significa que esse grupo abriu mão do crescimento material familiar. As casas são exemplos dessa opção pelo crescimento individual conjugado com o coletivo. Se não ostentam luxos, oferecem condições dignas e conforto para os seus habitantes. Percebe-se que foram construídas em etapas, o que de certa forma demonstra um crescimento gradativo, contínuo e por igual, dada a similaridade entre as moradias. Um claro exemplo de um processo pautado pela equidade.

Assim, o grupo coletivo, integrado em torno de um projeto de crescimento uniforme, coordenado, seguro e sustentável tem feito do espaço no assentamento Conquista da Liberdade, antes lugar da reprodução do capital, o lugar de um projeto alternativo que tem servido de modelo para outros grupos e para a sociedade. ET1 fortalece tal afirmação quando diz que aos jovens formandos de universidades da região, que não oferecem uma única disciplina sobre agroecologia em seu currículo, têm a oportunidade de conhecer e aprender, no assentamento, a ciência na prática. Outros técnicos entrevistados, também afirmaram que a cooperativa é hoje um exemplo que precisa ser melhor trabalhado pela coordenação do MST, justamente por enfatizar os benefícios do trabalho cooperado associado à agroecologia, orientações completamente distintas daquelas difundidas pelo individualismo do modelo convencional.

Hoje a COOPAVA é o operador racional de um projeto subjetivo, de um ideal de estabilização e permanência na terra. A área dos lotes das famílias que a compõem é de aproximadamente 400 hectares, o que, na visão dos assentados, já significa uma séria restrição ao avanço do setor primário. É a cooperativa o objeto técnico responsável pela

execução dos passos e medidas deliberados pelo grupo em assembleias. Sua composição conta com um presidente (eleito para gestão de dois anos), um vice-presidente e um contador financeiro. Também conta com um conselho, formado pelo seu presidente, por líderes dos setores produtivos⁴, pelos assentados liberados para trabalhar junto à organização do movimento e pela assistente social do assentamento. Contudo, não é a Cooperativa a última instância de decisão do grupo, ela é apenas o órgão executor. Mas a instância de discussões e decisões do grupo é a assembleia geral. A seguir, tem-se o conselho da cooperativa, que é responsável por dar racionalidade e objetividade às deliberações e decisões da assembleia, elaborando projetos e buscando parceiros e recursos. E, como terceira instância, a própria COOPAVA, que é o sujeito jurídico do grupo. Essa estrutura organizativa, embora um pouco morosa na opinião de EA1, faz com que todos os associados⁵ participem dos debates fundamentais à própria manutenção do grupo.

Assim, cada indivíduo não é responsável apenas por executar o seu trabalho diário, mas também por pensá-lo e por projetar e discutir o futuro do grupo. Uma estratégia interessante que permite ao binômio cooperação-agroecologia um processo de evolução calcado no aprimoramento das experiências e das discussões, já que o agricultor não toma decisões isoladamente. E, especialmente, por permitir que decisões de um setor sejam conhecidas e discutidas pelo outro setor. Nesse sentido,

O viver em grupos permite o confronto entre as pessoas e cada um vai construindo o seu “eu” neste processo de interação, através de constatações de diferenças e semelhanças entre nós e os outros. É neste processo que desenvolvemos a individualidade, a nossa identidade social e a consciência-de-si-mesmo. (LANE, 1985, p. 16)

Assim, evidencia-se que o projeto coletivo de construção de um modelo sustentável permite não apenas o progresso econômico nivelado de todas as famílias incluídas e participantes do processo, mas garante fundamentalmente a criação da identidade individual, amplamente amparada pela existência coletiva. Sob tais condições, coletivismo e individualismo não emergem como uma dicotomia intransponível, mas fortalecem-se mutuamente, uma sendo base para o fortalecimento da outra e ambos fortalecendo o grupo e seus sujeitos.

Portanto, pode-se dizer que esse espaço construído coletivamente, é fator de evolução social (SANTOS, 1985), onde sistemas de objetos, sistemas de ações e a

técnica (SANTOS, 1994) não são apenas operados de modo mecanicista, mas são pensados, planejados e redistribuídos de acordo com as características e necessidades específicas de cada atividade, de cada período do ano. É essa possibilidade de constante reconfiguração dos objetos técnicos de acordo com os objetivos do grupo que confere as peculiaridades do modelo agroecológico e coletivo. E todo esse processo acontece diariamente, no cotidiano do grupo. Cotidiano que, como diz Lefebvre (1991, p. 30, grifos do autor) “determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como é *produzida* a existência social dos seres humanos”.

É com tais características que o grupo coletivo que compõem a COOPAVA vem construindo o seu espaço de ação e vivência, buscando fazer do cotidiano de suas ações interdependentes um modelo viável que combina progresso econômico e social com a manutenção dos recursos ambientais para as gerações vindouras. Muito além de quanto e onde produzir, a forma de como produzir tem sido a base das discussões que norteiam as ações do grupo. E a definição de como produzir, por sinal fez emergir toda uma nova estrutura social que seria inviável nos padrões convencionais de fazer agricultura.

Considerações finais

Com um discurso pautado pela busca incessante de crescimento econômico (mesmo que este se mostre inviável em longo prazo, dado que é impossível obter crescimento infinito com recursos finitos), o Brasil chamou para si a condição de produtor de gêneros primários para o mercado globalizado. Isso é muito pouco para um país que sonha galgar uma nova condição no cenário mundial. E é também um subaproveitamento de todas as potencialidades ambientais disponíveis no país, que poderia ser o grande proponente de uma nova forma de desenvolvimento que não apenas o economicismo proposto e difundido pelo poder de dissuasão dos Estados Unidos.

Mas para tanto, a busca por soluções a tais problemas devem passar, obrigatoriamente, pela construção de um novo paradigma científico e de um novo modelo de desenvolvimento, o que sem dúvida, implica uma nova sociedade, menos desigual, menos artificial/racional e mais subjetiva. É este novo modelo que tem mostrado suas virtudes no assentamento Conquista da Liberdade, especialmente na área da COOPAVA.

Como fora apresentado durante a presente discussão, o desenvolvimento sustentável não pode ser apenas uma bandeira para atrair consumidores “conscientes”, mas deve pautar novas formas do homem interagir com o ambiente e uma nova consciência social. O consumismo desenfreado não é compatível com qualquer forma de sustentabilidade ambiental, senão apenas com a sustentabilidade dos lucros das empresas. E a busca por essa nova maneira de ser agricultor, de exercer sua atividade, de relação social e com o ambiente é que movem as pessoas que construíram o ideal que deu origem à COOPAVA e que norteia suas ações.

A cooperativa hoje expressa, racionalmente, uma organização que foi estruturada a partir do entendimento subjetivo e que busca não apenas tornar o negócio rentável, mas também e principalmente criar as bases para garantir que os descendentes da geração atual possam ter uma base organizacional, política, material e ambiental com vistas a continuar o processo de desenvolvimento amplo e uniforme da comunidade. Tal concepção de sociedade implica, necessariamente, em uma nova dinâmica espacial e temporal. O tempo, antes subjugado às dinâmicas controladas pelo poder hegemônico, especialmente através das determinações de grupos econômico-industriais que controlam o mercado, passa a ser ditado em função das especificidades do lugar e dos parceiros locais.

Assim, o espaço do Assentamento Conquista da Liberdade, onde a COOPAVA surge como a principal marca e seu grande agente, constitui-se num espaço pautado pela equidade e equilíbrio no uso dos recursos. Além disso, a construção do conhecimento deixa de ser centralizada e passa ser tarefa cotidiana e de responsabilidade de todos. Nessas condições, o conhecimento e a tecnologia construídos no lugar não são instrumentos de dominação e controle, mas ferramentas para o aprimoramento coletivo e que pode (e são) compartilhadas livremente com outros projetos de agricultura sustentável.

Essas são algumas das principais características do espaço construído coletivamente pelos integrantes da cooperativa. Espaço que reflete um ideal, que é pensado e trabalhado cotidianamente visando à manutenção da qualidade de vida de todos e a preservação das capacidades do ambiente em longo prazo. Espaço que não atende diretamente às demandas impostas pelas esferas exteriores, mas que busca construir condições para criar sua própria esfera de ação e participação numa sociedade capitalista.

Obviamente, por se tratar de algo completamente novo e pelo ineditismo, que busca superar os problemas que acompanham a expansão do sistema hegemônico, também tem de arcar com os custos de construção deste novo modelo sócio-produtivo. Apesar de todas as benesses dessa proposta, ainda sofre à margem das discussões sobre a preservação dos recursos para o futuro. O novo Código Ambiental brasileiro, que poderia muito bem buscar orientar para novas formas de produzir, tem por objetivo principal garantir a ocupação de áreas de risco para que o país confirme sua condição de produtor de alimentos.

Portanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido pela sociedade para que esta entenda o verdadeiro sentido de suas ações. Produzir não pode ser encarado apenas como gerar riqueza, mas faz-se necessário para a manutenção da própria existência da humanidade. Mas tal produção não pode ser acompanhada pela crescente degradação a qual submetemos nosso planeta, senão como uma forma tipicamente humana de produzir e reproduzir sua sociedade. Sendo assim, já que produzir é inevitável, que o resultado dessa produção não traga consigo sua própria inviabilização pela degradação ambiental. Tendo essa questão em mente, a agroecologia traz um importante aporte para o desenvolvimento sustentável em conformidade com as possibilidades e peculiaridades de cada lugar, e fornece as condições para a construção de uma sociedade mais justa e equânime, que constrói seu espaço tendo em vista o bem da coletividade a curto, médio e longo prazo.

¹ A desapropriação pode se dá por compra de imóveis ou por sua expropriação. A lei nº. 8629/93, estabelece uma definição para propriedade produtiva. Segundo Wizniewsky (2001, p. 187), esta deve "alcançar o grau de utilização da terra" – relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel, num mínimo de 80% – e "o grau de eficiência na exploração" – obtido através de um complexo cálculo que leva em consideração a soma da produção vegetal e da produção animal, com índices específicos para cada região. O resultado é dividido pela área efetivamente utilizada e multiplicado por cem.

² As discussões feitas durante a permanência das pessoas nos acampamentos e mesmo após a formação dos assentamentos constrói a consciência política de que a efetividade da reforma agrária não depende apenas da disponibilidade de terra para a formação dos assentamentos. A permanência ou a saída de famílias de agricultores de um projeto de assentamento coletivo não implica dizer que alguns são mais conscientes ou politizados que outros, mas que evidentemente a construção dessa consciência de trabalho e vida coletiva pode enfrentar muitas barreiras que vêm da formação e da identificação da pessoa como agricultor, que cresceu e aprendeu com seus pais e avós a se realizar enquanto pequeno grupo familiar individual e não um grande grupo coletivo.

³ Segundo a metodologia elaborada da presente pesquisa, as citações das entrevistas durante o trabalho foram feitas de forma a preservar a identidade dos participantes. Assim, optou-se por um código para

indicar o participante, onde EA é a abreviatura de “entrevista com assentado” e ET representa “entrevista com técnico”. Os números subsequentes indicam a ordem da entrevista.

⁴ São dois setores produtivos existentes na Coopava: o setor de produção animal e o setor de produção primária. Cada setor conta com dois representantes junto ao conselho da cooperativa. Novas atividades planejadas para o futuro irão exigir a criação de um terceiro setor, segundo declarações de EA1.

⁵ Ao todo, a COOPAVA é formada por 17 famílias. São 32 pessoas associadas, maiores de 18 anos, e com direito à participação e voto nas assembleias.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, 275p.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, 110p. (Síntese Universitária, 54)

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999, 326p.

BORBA, Marcos; GOMES, João Carlos Costa. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In *Ciência e Ambiente*. Santa Maria, n. 29, jul./dez. 2004, p. 5 – 14.

ESTERCI, Neide; MEDEIROS, Leonilde; et. al. (org.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In MEDEIROS, Leonilde; et. al. (org.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p 29-48.

GÖRGEN, Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro. (Org.) Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. O que é psicologia social. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991, 206p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Editora Nobel, 1985, 88p. (Coleção Espaços).

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, 189p.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 205p.

STÉDILE, João Pedro; Frei Sérgio. La lucha por la tierra en el Brasil. Comité de Apoyo al MST de Barcelona. s/d.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3. reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais e Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

WIZNIEWSKY, José Geraldo. Los asentamientos de reforma agrária y la perspectiva de la agricultura sostenible: los casos de Hulha Negra y Piratini; Rio Grande do Sul; Brasil. 394f. Tese (Doctorado en Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos) – Universidad de Córdoba, Espanha, 2001.

Recebido em 28/09/2011 Aceito para publicação em 10/01/2012.
